



ISSN 1984-5634

## VESTÍGIOS DA CULTURA MATERIAL TUPIGUARANI: UM ESTUDO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO RNEST, IPOJUCA, PERNAMBUCO (1550-1620)

*Tupiguarani Material Culture: A Study of RNEST Archaeological Sites, Ipojuca, Pernambuco (1550-1620)*

WIRLANNY EVELYN OLIVEIRA BARROS<sup>1</sup>

SUELY CRISTINA ALBUQUERQUE DE LUNA<sup>2</sup>

ANA LÚCIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho busca através dos materiais evidenciados pelo Programa de Salvamento Arqueológico na área da Refinaria do Nordeste – Abreu e Lima, resgatar a presença dos povos originários na história da região que compreende o atual município de Ipojuca em Pernambuco. Tais vestígios arqueológicos pertencentes à tradição tupiguarani demonstram a riqueza cultural dos grupos humanos que ali habitaram em diferentes períodos, estabelecendo critérios importantes para a discussão sobre a história da ocupação humana na área de pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** cerâmica tupiguarani; Zona da Mata de Pernambuco; sítios pré-históricos e multicomponencial.

### ABSTRACT

The present study aims to rescue the presence of native peoples in the history of the region comprising the current municipality of Ipojuca in Pernambuco, through the materials evidenced by the Archaeological Rescue Program in the area of the Northeast Refinery - Abreu e Lima. These archaeological traces, belonging to the Tupiguarani Tradition, demonstrate the cultural richness of the human groups that inhabited the area during different periods, establishing important criteria for the discussion about the history of human occupation in the research area.

**KEYWORDS:** tupiguarani ceramics; Zona da Mata of Pernambuco; prehistoric and multicomponent sites.

### EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

### EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

**SUBMETIDO:** 28/07/2023

**ACEITO:** 11/12/2023

### COMO CITAR:

BARROS, W. E. O.; LUNA, S. C. A. de; OLIVEIRA, A. L. do N. Vestígios da Cultura Material Tupiguarani: um estudo dos Sítios Arqueológicos do RNEST, Ipojuca, Pernambuco (1550-1620). *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 17-39, dez.-mar. 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

<sup>1</sup> Mestranda em História Social da Cultura Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH/UFRPE). Professora de História vinculada à Secretaria de Educação de Itapissuma – PE. Membro do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0247-3966>. E-mail: [evoliveira3@gmail.com](mailto:evoliveira3@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em História com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Docente do Departamento de História e coordenadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3661-7179>. E-mail: [suely.luna@ufrpe.br](mailto:suely.luna@ufrpe.br)

<sup>3</sup> Doutora em História com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH/UFRPE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1496-9675>. E-mail: [ananascimentoufrpe@gmail.com](mailto:ananascimentoufrpe@gmail.com)

**O** riginárias do tronco linguístico Tupi, a família Tupi-Guarani desempenhou um papel fundamental na formação do cenário cultural e histórico do território brasileiro. Sua ampla e notável expansão teve impacto significativo nas sociedades que encontraram, (NOELLI,1996). De acordo com Brochado (1989) e Lathrap (1970), entre os muitos aspectos que refletem sua rica herança, a Tradição Tupiguarani se destaca como um profundo testemunho de sua herança cultural.

A história fascinante da expansão dos povos Tupi-Guarani se entrelaça com a riqueza de sua tradição cerâmica, criando uma narrativa cativante que atravessa o tempo, (NOELLI, 1996). Desde as exuberantes florestas tropicais da Amazônia até as deslumbrantes regiões litorâneas e além, essas comunidades indígenas habitavam uma ampla diversidade de ambientes ecológicos. Adaptando-se com maestria a cada contexto, deixaram para trás um rastro de notáveis vestígios arqueológicos, tesouros preciosos guardados na memória da terra.

A partir do conceito de Ulpiano de Meneses (1998, p. 100), no qual as possibilidades interpretativas acerca da Cultura Material a define como “segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem”. E ressalta ser através de um processo de apropriação, que determinada sociedade estabelece relação com o universo material, atribuindo formas, papéis e significados, que representam padrões de comportamento estabelecidos socialmente.

Ao compreendermos a importância desses artefatos, adquirimos uma perspectiva mais abrangente sobre a vida dessas sociedades, uma vez que cada uma delas detém um conjunto de conhecimentos técnicos empregados nas atividades de elaboração de objetos, utilizados tanto em suas representações culturais quanto em seu cotidiano (CHARTIER, 1990). O estudo da tradição cerâmica nos possibilita desenvolver uma apreciação mais profunda da diversidade e complexidade dos povos indígenas que floresceram no vasto território do mundo Tupi-Guarani.

## **A EXPANSÃO TUPIGUARANI E A SUA TRADIÇÃO CERÂMICA**

*Alguns mitos indígenas dizem que o território situado entre o que é hoje o Planalto Central e a região amazônica guarda a memória do começo do mundo [...]. Esse povo ficou conhecido como “dos antigos Tupy[...] Foi pelos cursos d’água que eles adentraram o planalto brasileiro. Kaká Werá Jecupé (2020).*

Em princípio, entende-se por Tradição Tupiguarani<sup>4</sup> a tradição ceramista que possui correlações entre as evidências arqueológicas e os falantes de línguas Tupi-Guarani ao longo de

---

<sup>4</sup> A tradição Tupiguarani foi atribuída a sítios superficiais com cerâmica apresentando pintura policrômica (vermelho e ou preto sobre engobo branco ou vermelho), e técnicas plásticas de acabamento preponderando o alisado, o corrugado, o unglado, escovado (LA SALVIA, F; BROCHADO, J. P, 1989), além de superfícies apenas engobadas. Seriam característicos ainda enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, tembetás, lascas, talhadores e abrasadores (CHMYZ, 1976); (BROCHADO et al 1969); (BROCHADO, 1989). E a denominação escrita separada por hífen por Tupi-guarani para designar a família linguística (BROCHADO,1973).

quase todo território brasileiro, considerando as correlações entre a Etnohistória e as evidências arqueológicas, segundo o que foi proposto pelo (BROCHADO et al, 1969).

Segundo Brochado (1973), a cerâmica da tradição Tupiguarani, durante os primeiros contatos com os europeus, era encontrada exclusivamente entre grupos indígenas da família linguística Tupiguarani, embora nem todos os falantes de Tupi ou Guarani possuíam cerâmica. Essa tradição continuou sendo produzida e utilizada por alguns desses grupos, apresentando diversas variantes, do século XVI ao início do século XX. Por essa razão, adotou-se a designação Tupiguarani, escrita sem hífen, para distinguir a tradição cerâmica da família linguística, cuja denominação é escrita com hífen, Tupi-guarani (BROCHADO, 1973, p. 9).

Os Tupi-guarani, da família linguística homônima são considerados como um dos povos originários mais importantes do Brasil, sendo caracterizados por uma grande dispersão geográfica, que se estende desde a região amazônica, no norte do país, até a região da Pampa, no sul" (LADEIRA, 2012, p. 25). Como salientam Lathrap (1970) e Brochado (1989), a dispersão dos grupos Tupi e Guarani pelo território brasileiro foi um processo complexo e gradual, que envolveu tanto movimentos migratórios como processos de interação e intercâmbio cultural entre os diferentes grupos (RODRIGUES, 2006, p. 62). A sua dispersão pelo território brasileiro foi um fenômeno que se deu ao longo de milhares de anos, e que resultou na formação de uma grande diversidade de grupos culturais, cada um com suas próprias tradições e características particulares (SILVA, 2010, p. 87).

Para explicar a origem e os caminhos percorridos pelos grupos Tupi-Guarani, inúmeros foram os esforços realizados por pesquisadores de diferentes correntes teórico-metodológicas, sejam elas fundamentadas em dados históricos, etnográficos, arqueológicos ou linguísticos. As primeiras pesquisas que datam do final do XIX apoiavam-se em dados históricos e etnográficos e dessa maneira dirigiram-se até o início do século XX. Quando a partir de meados da década de 1970, estudos arqueológicos associados a discussões linguísticas ganharam espaço nas discussões (AMARAL, 2015).

Baseado nos apontamentos dos cronistas e viajantes seiscentistas e setecentistas, que indicavam uma maior densidade populacional Tupi-guarani na bacia platina do que na costa brasileira e adjacências, o médico, botânico e antropólogo Karl F. P. Von Martius (1906), em sua obra *O estado de direito dos autóctones do Brasil*, foi o primeiro autor a tentar explicar o possível centro de origem das migrações dos grupos da família linguística Tupi-Guarani. Em sua hipótese as migrações teriam sido recentes na área do Amazonas localizada próxima aos rios Paraguai e Paraná, e teriam seguido em direção ao sul e posteriormente em direção ao norte da costa brasileira (SOUZA, 2009, p. 30).

Em seguida, outros autores contribuíram com o debate acerca de outros possíveis centros de sua origem. A exemplo do naturalista francês D'Orbigny (1839), defendia que a gênese dos Tupi-guarani provinha da região entre o Paraguai e o Brasil. Já em (1886) o médico, antropólogo e etnólogo Karl Von Den Stein (1886), indicava às cabeceiras do rio Xingú, ao passo que o também etnólogo Paul Ehrenreich (1891), considerava que as regiões do médio Paraná, Alto Paraguai e Bolívia como o centro de difusão das migrações Tupi-guarani (MORAIS, 2007, p. 5).

Ponderando e associando as hipóteses apresentadas em estudos etnográficos precedentes, o etnólogo Nimuendajú (1981), buscou evidenciar a importância simbólica, e /ou mítico/religiosa, da mobilidade espacial Tupi-guarani. O autor respaldou que a busca da “terra sem mal” foi o impulsor de crescimento dos povos da família linguística Tupi-guarani, ou seja, os deslocamentos, realizados por diferentes grupos humanos em diferentes períodos, foram estimuladas por questões mítico-religiosas (SOUSA, 2009, p. 31).

O etnólogo Curt Nimuendajú teve grande influência sobre os pensamentos de Alfred Métraux, autor de *Migrations historiques des Tupi-guarani* (1927) e *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani* (1928). Tendo a hipótese mais amplamente aceita, segundo Almeida (2010), Métraux, buscou explicar que a dispersão dos povos Tupi e Guarani teria ocorrido pouco antes da conquista, e a sua dispersão teria acontecido a partir da bacia do Paraná-Paraguai, entre o norte do Rio Amazonas e sul do Paraguai, no horizonte a leste do Tocantins e a oeste pelo Madeira (MÉTRAUX, 1928).

Em *Migrations historiques des Tupi-Guarani*, 1927, Métraux explica que os Tupis teriam expulsado os tapuias<sup>5</sup> da costa brasileira, subdividindo-se em dois grandes subgrupos: os Tupinambás<sup>6</sup> e os Guaranis. Os primeiros habitaram a região costeira entre Ceará até a Cananéia, posteriormente subdividindo-se em outros subgrupos. Já os povos Guaranis que também foram denominados de Carijós, foram catequizados pelos jesuítas espanhóis e incorporados aos 30 povos das Missões da província do Paraguai (ALMEIDA, 2010).

A partir de meados do século XX os estudos sobre o centro de origem e rotas migratórias dos grupos falantes do Tupi-guarani ganharam um novo fôlego. Observou-se que, para além das fontes históricas e etnográficas, as fontes arqueológicas ganham notoriedade no cenário nacional por meio

---

<sup>5</sup> Para John Manuel Monteiro, em seu trabalho "Tupi, Tapuia e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo" (2001), o termo "tapuia" é polissêmico, ou seja, tem significados múltiplos. No contexto do Brasil "Pré-Colonial", o termo era utilizado pelos povos Tupi-guarani para se referir a todos os outros povos indígenas, que não falavam a sua língua. Portanto, o termo "tapuia" tinha um sentido étnico e linguístico. No entanto, o termo também era utilizado pelos portugueses para se referir a todos os povos indígenas que resistiam à colonização e os consideravam bárbaros e selvagens.

<sup>6</sup> "Sobre o termo Tupinambá, cabe ressaltar seu duplo sentido, na medida em que, como destacou Carlos Fausto, pode ser utilizada tanto para designar o grande subgrupo que se distingue dos guaranis e reúne vários subgrupos que habitaram o litoral até a Cananéia, como para referir-se especificamente a alguns desses subgrupos, como é o caso dos tamoios no Rio de Janeiro, que eram também chamados tupinambás e dos tupinambás da Bahia, do Maranhão e de várias outras regiões." (ALMEIDA, 2010, p.33).

das pesquisas desenvolvidas pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA<sup>7</sup>. De modo que, essas informações trazidas pela arqueologia e linguística, redirecionaram a compreensão acerca das migrações Tupi-guarani, dentre as principais obras estão Meggers e Evans (1973), Lathrap (1975) e Brochado (1984).

Betty Jane Meggers, em 1979, defendeu que o ponto de origem e dispersão da tradição ao qual conhecemos na arqueologia por Tupiguarani estaria vinculada aos grupos que ocupavam o atual território da Bolívia, na base da cordilheira dos Andes. Para a arqueóloga, os Tupi descendiam dos povos que migraram dos Andes bolivianos, que ocuparam a várzea da Amazônia, e, posteriormente, chegaram até a costa atlântica do Brasil. Sendo a região da Amazônia povoada recentemente por consequência da migração de grupos humanos das “altas culturas”, em função aos incontáveis fatores que limitantes do ambiente, “regrediram culturalmente” (MEGGERS, 1979, p. 159).

Mais tarde, Meggers em parceria com Clifford Evans, propôs uma nova teoria para a tradição Tupiguarani, com base na análise de dados arqueológicos e linguísticos fornecidos pelo PRONAPA, sugerindo o mesmo local indicado por Ayron Rodrigues em *Línguas brasileiras* (1986). Assim, por meio desse novo olhar, apontaram a região ao leste da bacia Amazônica, como a região de maior concentração e desenvolvimento de famílias pertencentes ao tronco linguístico Tupi (MEGGERS e EVANS, 1973). E na busca para explicar como as intensas mudanças climáticas contribuíram para a expansão de grupos Tupi, Meggers (1973) afirmou que o modelo de “refúgios florestais”<sup>8</sup> estaria ligado à disseminação da tradição arqueológica Tupiguarani.

Para explicar a dispersão dos grupos Tupi, o arqueólogo Donald Lathrap (1975) formulou a teoria conhecida como “modelo cardíaco”. A sua teoria sugere que a motivação por novas áreas de ocupação teria sido por influência do adensamento populacional na Amazônia Central, no que resultou no aumento da agricultura e do sedentarismo, a Amazônia Central seria o ponto de origem “coração” que bombeava e distribuía povos e suas culturas “sangue” através dos grandes rios e seus afluentes “artérias e veias” (CORRÊA, 2009, p. 263).

Lathrap (1975), argumenta que a Amazônia era como um grande nicho de mudanças culturais, no qual a tecnologia de estilos cerâmicos e técnicas de cultivo se propagaram para outros

---

<sup>7</sup> O PRONAPA, sigla para Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, foi um programa de pesquisa arqueológica desenvolvido pelo Governo Federal brasileiro entre 1977 e 1985. Segundo Dias (1995), o programa representou uma mudança de paradigma na arqueologia brasileira, que passou a ser vista como uma área de pesquisa científica, com objetivos claros e metodologias definidas.

<sup>8</sup> Nessa teoria, Meggers (1973), sugere que a dispersão teria partido do rio Guaporé em direção ao norte, e assim alcançando o médio e baixo curso do rio Amazonas. E ao sul, teriam ocorrido migrações que alcançaram o Alto Rio Paraguai, e de lá seguiram até o Alto Paraná; e a partir dali se subdividiram: para leste até atingir a costa atlântica; e posteriormente, para o norte e sul, passando do rio Paraná para os rios Uruguai, Jacuí, Prata até alcançar novamente o litoral.

lugares. Assim, a origem da cerâmica que apresenta uma pintura policroma (vermelho e ou preto sobre engobo branco ou vermelho), e técnicas plásticas de acabamento preponderando o alisado, o corrugado, o ungulado, escovado, além de superfícies apenas engobadas, associadas aos grupos falantes do Tupi-guarani, teria acontecido na região central da bacia amazônica, mais especificamente na confluência entre os rios Amazonas e Madeira (LATHRAP, 1975, p. 81-84).

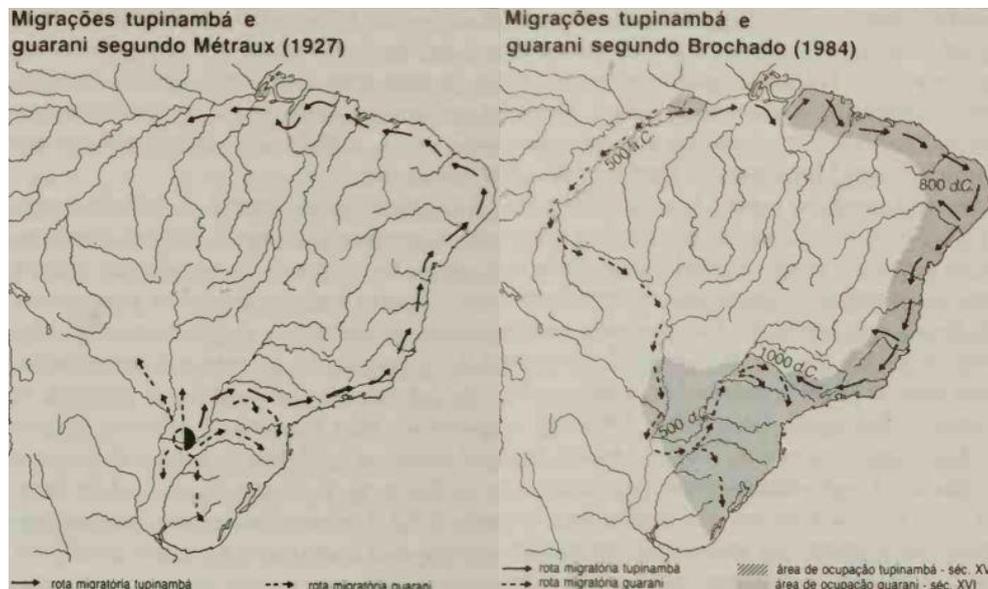


Figura 1. Migrações Tupinambá e Guaraní segundo J. Brochado (1984) e Métraux (1927). Fonte: Carlos Fausto, 1992.

Assim como Lathrap (1975), Brochado (1984) correlacionou as fontes etno-históricas, linguísticas e arqueológicas para explicar o ponto de origem e as rotas de dispersão dos povos do tronco Tupi. Em acordo com Lathrap (1975), Brochado (1984), admitia a Amazônia Central como berço deste grupo, embora os deslocamentos Tupinambá e Guaraní teriam seguido rumos diferentes.

Para Brochado (1984) a expansão Tupinambá teria acontecido em direção leste, percorrendo o litoral atlântico rumo ao sul. E a expansão Guaraní percorreu o sentido norte para o sul, partindo da Amazônia até a foz do rio da Prata, através dos cursos dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Deste modo, Brochado dividiu a Tradição Tupiguarani em duas sub-tradições: Tupinambá e Guaraní<sup>9</sup>; porém, discordou que a cerâmica da Tradição Tupiguarani seria uma derivação da subtradição Guarita, da tradição Policrômica Amazônica (BROCHADO, 1989, p. 71). Desse modo os sítios do litoral estariam representados pelos grupos tupinambá, com decoração predominantemente

<sup>9</sup> “As distinções feitas entre subtradição Guaraní e subtradição Tupinambá, segundo o autor, é que a primeira, leva em conta a distribuição da cerâmica policrômica, seria uma variante da subtradição Guarita, que é a mais antiga das subtradições no horizonte da Tradição Policrômica Amazônica, tendo seu início por volta do início da era Cristã. A segunda seria uma atenuante da cerâmica Marajoara, que por sua vez é uma atenuante da Subtração Miracanguera do Baixo Amazonas, com início por volta do ano 500” (OLIVEIRA, 2008).

pintada<sup>10</sup>, enquanto os sítios situados ao sul, representados pelos grupos guarani, teriam predomínio de motivos plásticos, cujo principal estilo é o corrugado<sup>11</sup>.

Para explicar o sistema de deslocamento populacional desses grupos, Brochado (1989) formulou a tese do "enxameamento", compreendendo que esse processo havia sido impulsionado pelo crescimento populacional que promoveu o remanejamento por parte desses grupos para outras regiões, no entanto, sem favorecer o afastamento das áreas originais (BROCHADO, 1989, p. 80).

Em consonância com Brochado, Noelli (1996), defendeu a ligação da Amazônia Central à gênese dos grupos da família linguística Tupi-guarani, e em relação à mobilidade espacial desses grupos, o autor entende esse fenômeno como algo além de um simples movimento migratório. Dessa forma, Noelli (1996) concordou com a ideia de "enxameamento" de Brochado (1989), pois na medida em que novos territórios iam sendo conquistados, os territórios tradicionais permaneciam ocupados, isso significa dizer que, os Tupi-guarani estavam envolvidos com movimentos de expansão e não com simples migrações (BROCHADO, 1989, p. 80; NOELLI, 1996, p. 10-11).

Heckenberger, Neves e Petersen (1998), criticaram as teorias apresentadas anteriormente de Lathrap (1975), Brochado (1984) e Noelli (1996). Para Heckenberger (1998) e seus colaboradores, os pressupostos de que a Amazônia Central teria sido berço da "Tradição policrômica da Amazônia" e suas cerâmicas estarem arqueologicamente relacionadas com os falantes de línguas Tupi, significa dizer que tais teorias não possuíam base empírica e estariam pautadas em "expectativas hipotéticas". Na compreensão de Heckenberger e seus colaboradores, as pesquisas arqueológicas realizadas no baixo curso dos rios Negro e Solimões, não comprovavam ser a "Tradição Policrômica" a mais longeva na Amazônia central, sendo impreciso identificar um lugar inicial para o avanço dessa tradição, como defendiam Lathrap, Brochado e Noelli em suas teorias (HECKENBERGER et al, 1998).

Em relação à questão migratória dos Tupiguarani, os autores admitem que existia um modelo dinâmico de deslocamento populacional entre estes grupos humanos, porém, ressaltam que se tenha cautela para tais suposições acerca dos movimentos migratórios; acrescentando que, incertamente esse fenômeno possa ser demonstrado por meio de vestígios arqueológicos. Apesar de que a migração, dispersão e difusão, lembram os autores, "têm na arqueologia um importante papel explanatório para explicar mudança cultural" (HECKENBERGER et al, 1998).

Na breve discussão apresentada, ficou visível que durante mais de um século e meio houveram concordâncias e discordâncias, ainda assim, pode-se afirmar que em todos os modelos prevalecem dois pontos semelhantes: a existência de um eixo de origem para a cerâmica da tradição

---

<sup>10</sup> "Na subtradição Pintada, que seria mais antiga, a maior parte da cerâmica não têm decoração, mas na cerâmica decorada predomina a pintura policrômica" (BROCHADO, 1980).

<sup>11</sup> "Na subtradição Corrugada, que teria seguido a Pintada, predomina a decoração corrugada, de pontos que desenham padrões geométricos, como, paralelas ziguezagues, quadriculados, círculos, retângulos, e cruzeiros concêntricos e gregas." (BROCHADO, 1980).

Tupiguarani; e diversas rotas de passagem das populações que as produziam (NOELLI, 1996). Portanto, os estudos sobre sociedades não visam a uma resposta definitiva e não podem comportá-la, pois assumir uma posição sobre qualquer fato implica em constatações frágeis. O panorama teórico e empírico completo sobre a formação das famílias Tupi e Guarani e suas movimentações ao longo da história ainda está em constante construção (PEREIRA, 2009).

## OCUPAÇÃO TUPIGUARANI NO LITORAL SÉCULO XVI: NOTAS ETNO-HISTÓRICAS

De acordo com Daniel Defert (1986), os relatos coloniais apresentam três características. A primeira revela uma escrita política, por registrar um inventário tanto dos aspectos naturais quanto humanos, auxiliando na exploração e dominação do território descoberto. A segunda característica é também uma escrita nacional, que alcança tanto os plebeus quanto as cortes, difundindo uma literatura nacional que divulgava as proezas, feitos e conquistas do país colonizador. E a terceira é uma escrita das potências comerciais europeias em sua interação com o "outro", situando a Europa como a civilização universal (SILVA, 2004).

Nessa perspectiva, a análise das crônicas não tem como objetivo a reconstrução dos fatos históricos por meio das informações relatadas. Em vez disso, busca-se compreender, sob a ótica do "Outro", as características dos padrões de povoamento, economia e produção cerâmica presentes na cultura desses povos. É importante observar que os relatos dessas crônicas são feitos por homens que frequentemente descrevem o que não compreendem, reinterpretando-o com base em seus próprios moldes conhecidos (SILVA, 2004).

Havia intensas interações nas quais se estabeleciam redes de influências, consolidando relações culturais, comerciais e bélicas, conforme aponta Almeida (2010). As aldeias Tupi eram unidades autossustentáveis, independentes das demais do mesmo grupo. No entanto, uniam-se principalmente em situações de guerra, onde a identidade étnica comum era reafirmada e as distinções entre Tupinambá, Tabajara, Potiguar e Caeté eram concretizadas (MONTEIRO, 1992). No que diz respeito ao número de habitantes que ocupavam o litoral na época da chegada dos portugueses no século XVI, John Monteiro (1992) menciona que as estimativas variam entre 2 e 4 milhões de pessoas<sup>12</sup>. De acordo com Ayron Rodrigues (1986), esses povos eram constituídos por uma população extremamente diversificada, composta por mais de 1.000 etnias.

Seguindo as indicações de Silva (2004), procedeu-se à delimitação territorial dos grupos Tupi na costa das capitanias de Pernambuco e Rio Grande. Tal delimitação baseou-se nos relatos mais

---

<sup>12</sup> Citando Fausto (2000), Denevan estima que na faixa litorânea viviam cerca de 1 milhão de tupinambás, com uma densidade demográfica de 9 habitantes por quilômetro quadrado. Clastres, por sua vez, sugere a presença de 1,5 milhão de guaranis na área meridional, com uma densidade demográfica de 4 habitantes por quilômetro quadrado. Essas estimativas, muitas vezes superiores àquelas admitidas por Steward, devem ser vistas com cautela, pois faltam trabalhos mais detalhados de demografia histórica e o cotejo sistemático com informações arqueológicas.

recorrentes dos cronistas coloniais, permitindo a composição de um painel que revela a localização das etnias Caeté, Tabajara e Potiguar. Com tais informações disponíveis, elaborou-se um mapa que apresenta a distribuição espacial desses grupos, visando retratar a situação no momento do contato.

Os Potiguaras possuíam um território de domínio que abrangia desde a costa da capitania do Rio Grande até o rio Paraíba (SILVA, 2004, p. 67). Ao longo da costa, eles causavam graves danos aos moradores das capitanias de Pernambuco e Itamaracá, incendiando engenhos e outras propriedades, resultando na morte de muitos homens brancos e escravos (SOUSA, 2001 [1587], p. 52-54). Essa etnia resistiu por muitos anos à expansão colonizadora portuguesa em seu território, realizando ataques além do rio Paraíba, o que gerava medo e prejuízos às povoações coloniais (ANCHIETA, JOSÉ DE, 1998 [1584], p. 306).

No momento do contato, os Tabajara habitavam nas mediações do rio São Francisco, onde ajudaram a serem realizados descimentos<sup>13</sup>, tendo como guia, o Principal, Braço de Peixe e “sua gente, que era muito esforçada e guerreira, entraram muitas léguas pelo sertão, matando os que resistiam e cativando os mais” (SALVADOR, 1965 [1627], p. 182).

A etnia Caeté “senhoreou esta costa da boca do Rio São Francisco até o rio Paraíba” (SOUSA, 2001[1587], p. 61). Sempre descritos como hábeis guerreiros, no entanto, “muito mais falso, e atraído que outro algum, sem palavra, nem lealdade, e fizeram naqueles primeiros tempos grandes males aos portugueses” (JABOATÃO, ANTONIO SANTA MARIA, 1958 [1761], p. 146).

---

<sup>13</sup> Descimento é um termo utilizado para descrever um processo histórico ocorrido durante o período colonial no Brasil. O descimento refere-se à prática de deslocar populações indígenas de suas áreas de origem para estabelecê-las em aldeamentos, geralmente próximos às vilas e povoados dos colonizadores. Essa prática tinha como objetivo central a catequização dos indígenas, impondo-lhes a fé católica e integrando-os à sociedade colonial. Os indígenas, assim, eram retirados de suas terras e modos de vida tradicionais, passando a viver sob a tutela e controle dos colonizadores. O descimento foi uma estratégia adotada pelos colonizadores para controlar a mão de obra indígena e garantir a exploração dos recursos naturais da região. No entanto, essa política teve impactos significativos nas comunidades indígenas, levando à perda de suas terras, à destruição de suas culturas e à marginalização social (ALMEIDA, 2010).

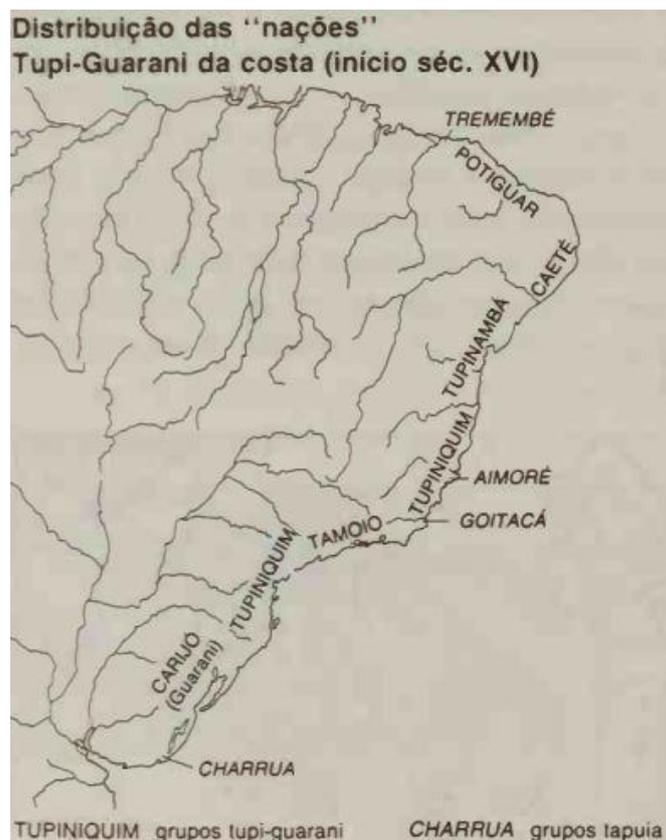


Figura 2. Distribuição das “nações” Tupi-Guarani da costa no início do século XVI. Fonte: Carlos Fausto, 1992.

Segundo Gândavo (1980), havia uma grande presença desses povos indígenas ao longo da costa das Capitâneas quando os portugueses começaram a colonizar a terra. No entanto, devido às revoltas e traições por parte desses indígenas, os governadores e capitães locais gradualmente os eliminaram, resultando na morte de muitos e na fuga de outros para o interior. Como consequência, a costa ficou despovoada ao longo das Capitâneas (GANDAVO, 1995 [1576], p. 34).

Em relação às escolhas dos locais para edificarem suas habitações, Staden (1557) descreve que os grupos tinham preferência por lugares com proximidade de água e lenha, tal qual caça e peixe; podendo mudar para outros lugares caso esgotassem os recursos para sua sobrevivência. De acordo com o Autor Anônimo (1856, p. 205), conforme citado por Nascimento (1983, p. 7), o local para sua instalação era escolhido pelos mais velhos, onde o principal escolhe o lugar onde deveria construir a sua oca, e logo em seguida a distribuição das ocas dos demais.

Nos relatos do autor cujo nome é desconhecido (1856, p. 205), citado na obra de Nascimento (1983, p. 7), ele descreve que após a escolha do sítio, a casa do principal é muito comprida e coberta por palma; e os demais seguem o mesmo modelo e vão formando as suas ocas regulando-as em quadros, que parecem uma praça, e fazem seus ajudantes e bailes. Nota-se ainda que “poucas aldeias contam com mais do que sete cabanas. Entre estas deixam eles um pátio livre, em que mata seus prisioneiros” (STADEN, 1974 [1557], p. 155).

Essas aldeias, de acordo com a descrição de Pero Vaz de Caminha, eram compostas por “...nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitania” (CORTESÃO JAIME, 1943 [1500], p. 225). O historiador Gandavo cita que “Estes índios vivem todos em aldêa, pôde haver em cada huma sete, oito casas, as quais são compridas feitas a maneiras de cordarias...” (GANDAVO, 1980 [1576], p. 52).

O escrivão português, Caminha, ainda descreve que estas ocas eram construídas “...de madeira, e dos ilhargos de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura. Todas duma só peça,... em cada casa se recolhiam trinta a quarenta pessoas, e que assim os achavam” (CORTESÃO, 1943 [1500], p. 225).

Jean de Lery narra que “...as casas dos selvagens são em geral compridas, abauladas no teto e coberta de ramos cujas pontas toca no solo...” (LÉRY, 1980 [1578], p. 212). Além disso, o missionário acrescenta que “Carregavam grossos pedaços de madeira e grandes palmas de pindoba para a construção e cobertura de suas casas...” (p. 229).

Segundo o relato do viajante Staden (1557), as ocas construídas eram geralmente compridas, feitas de madeiras e cobertas por folhas de palmeira, e o número de habitantes variava de acordo com o tamanho que ela comportava. Em seus relatos ainda há a narrativa de que, liderados por um chefe, eles se reuniam em torno de quarenta homens e mulheres mais próximos para realizarem a construção da cabana. A cabana variava de tamanho de acordo com a quantidade de pessoas que iria abrigar, podendo ter mais ou menos quatorze pés de largura, e chegando até cento e cinquenta pés de comprimento, tais cabanas eram arredondadas e cobertas espaçadamente com folhas de palmeiras (STADEN, 1974 [1557], p. 155).

De acordo com Staden (1557), a organização dos espaços dentro das ocas indígenas não incluía divisões internas. Cada ocupante, incluindo marido e mulher, possuía um espaço de aproximadamente doze pés de comprimento em um lado da oca, enquanto outro ocupante ocupava o espaço correspondente do outro lado. Além disso, as cabanas eram preenchidas com seus respectivos fogos individuais. O chefe da cabana ocupava uma posição central, e cada cabana geralmente possuía três pequenas portas, uma em cada extremidade e outra no meio. Estas portas eram tão baixas que os indígenas precisavam se curvar para entrar e sair. (STADEN, 1974 [1557], p. 155).

Léry (1578), descreve que as aldeias indígenas não possuíam uma estrutura fechada com portas nas casas. Em sua maioria, essas aldeias tinham uma extensão de cerca de oitenta a cento e vinte passos, sendo cobertas apenas com folhas de palmeira ou da planta conhecida como pindá. No entanto, em aldeias que faziam fronteira e, portanto, eram mais ameaçadas por inimigos, os nativos costumavam colocar estacas de palmeiras com cerca de seis pés de altura.

Além disso, nas entradas dos caminhos difíceis, eram colocadas armadilhas afiadas de modo que, se os agressores tentassem entrar à noite, os habitantes da aldeia poderiam escapar por atalhos conhecidos apenas por eles e repelir os atacantes. Aqueles que tentassem fugir ou lutar seriam feridos nos pés e caíam, aproveitando-se da vantagem do terreno (LÉRY, 1980 [1578], p. 188).

Observa-se ainda, nas descrições feitas por Hans Staden (1557), os grupos que gostavam de rodear suas choças com uma fortificação, eles levantavam em volta das casas uma cerca de palmeiras rachadas, em uma altura de "braça e meia" tão cerradas que nenhuma flecha é capaz de atravessá-las, porém, com pequenos buracos pelos quais atiravam.

Sobre a duração das aldeias, havia uma propensão a variar de tempo; segundo os relatos de Jean Léry percebe-se que "...os brasileiros não moram demoram em geral mais de cinco a seis meses no mesmo lugar... e mudam as aldeias sem lhes mudarem os nomes o que faz que às vezes os encontramos a um quarto de légua ou mesmo meia légua de distância do lugar em que antes habitavam" (LÉRY, 1980 [1578], p. 229).

Staden (1557) menciona as mulheres indígenas na tarefa de fabricarem as vasilhas de barro de que necessitavam através de um processo específico. Primeiro, elas amassavam o barro e moldavam as vasilhas desejadas. Em seguida, deixavam-nas secar por algum tempo. Além disso, tinham habilidade para pintá-las de forma decorativa. Quando era necessário queimar as vasilhas, elas as colocavam em cima de pedras e cobriam-nas com bastante cortiça seca, que acendiam. Dessa forma, as vasilhas eram queimadas até ficarem incandescentes, semelhantes ao ferro em brasa (STADEN, 1974 [1557], p. 161)

Jean Léry (1578), observou as formas, decorações e a utilização da cerâmica e descreve que na preparação da farinha "...usam as mulheres brasileiras grandes e amplas frigideiras de barro, com capacidades de mais de um alqueire e que elas mesmas fabricam com muito jeito..." (LÉRY, 1980 [1578], p. 124). Léry (1578), observando que o trabalho doméstico cabe às mulheres, e além desta tarefa, estas ainda fabricavam diversos potes e vasilhas de barro que possuíam uma superfície externa não muito lisa, porém, eram completamente polidos internamente e tinham um acabamento vítreo de alta qualidade, comparável ao trabalho dos oleiros. Para alcançar esse resultado, utilizavam um licor branco que endurecia rapidamente. Além disso, preparavam tintas pardacentas que eram aplicadas com pincéis para decorar as peças com motivos como ramagens, ornamentos eróticos, entre outros. Vale ressaltar que as vasilhas de barro usadas para armazenar farinha eram especialmente distintas, pois os pintores não seguiam modelos fixos, mas sim utilizavam sua própria imaginação para criar os desenhos (LÉRY 1980 [1578], p. 232).

## OS CERAMISTAS TUPIGUARANI EM IPOJUCA-PE

Estudos arqueológicos realizados a partir da década de 1980 apontam para a possibilidade da existência de grupos ceramistas Tupiguarani tanto no litoral quanto no semiárido Nordeste<sup>14</sup> em períodos anteriores à colonização (ALBUQUERQUE, 1991). A predominância do material arqueológico encontrado nesses biomas indicam que esses grupos se adaptaram às condições de sobrevivência oferecidas por cada ambiente (COSTA, 2018; ALBUQUERQUE, 1991).

As escavações arqueológicas realizadas em sítios arqueológicos no estado de Pernambuco levantaram algumas questões pertinentes que permitiram identificar a distribuição espacial nas aldeias Tupiguarani. Pesquisas realizadas por Suely Luna (1991), no Sítio Sinal Verde, localizado em São Lourenço da Mata-PE, apresentou seis manchas húmicas com cerâmica, indicadoras de seis ocas formando arco. Já as pesquisas realizadas no Sítio Aldeia Baião, em Araripina- PE, pela arqueóloga Ana Nascimento (1991), identificaram que as manchas de ocupação das ocas, situadas em uma chapada, de forma redonda e elíptica, estavam dispostas formando um retângulo.

As regiões localizadas ao norte de Alagoas e sul de Pernambuco também foram alvos de trabalhos sistemáticos focados na análise da inserção dos assentamentos no cenário geomorfológico local; e por meio desta análise sistemática desses sítios, os resultados revelaram que os sítios Tupiguarani se estabeleceram desde grandes aldeias, até acampamentos e áreas de uso exclusivo para agricultura. De modo geral, os locais escolhidos para os assentamentos caracterizam-se pela extensão superior a 1000 m<sup>2</sup>; configuração plana e quando nas vertentes com uma inclinação inferior a 20 m, localizados principalmente nas terras elevadas (LIMA, 2006, p. 129).

Segundo Prous (1992), as características de assentamentos e a utilização do ambiente por parte dos Tupiguarani, caracterizava-se pelos assentamentos localizados no topo dos morros, “além de dominar um rio principal navegável; geralmente, nas imediações das habitações, passa um córrego ou rio menor que fornece água potável”. O autor também destaca que os Tupiguarani se estabeleciam em aldeamentos localizados em posições elevadas, sendo estes associados a grandes aldeias, entretanto, ele ressalta que, em algumas ocasiões a distribuição dos sítios poderia ser afetada por “fatores complementares”, específicos de cada local (PROUS, 1992, p. 376).

Ainda na região da Zona da Mata e no Litoral, pesquisas realizadas por Albuquerque (1984), Luna (1991), destacaram na cerâmica fabricada por esses grupos Tupiguarani, formas e funções bem características, possuindo as mais variadas formas (relacionadas à fabricação de vasilhas, painéis, reservatório, potes, urnas funerárias e fusos de fiar) e os mais diversos usos relativos ao preparo da

---

<sup>14</sup> Região fisiográfica onde está inserida a Chapada do Araripe, localizada em uma área que abrange os estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, entre os meridianos 41°00" e 30°00" W e os paralelos 7°00" e 8°00" S.

alimentação, das bebidas, ao armazenamento de líquidos ou às atividades funerárias (LUNA; NASCIMENTO, 1994; LUNA, 2003; LUNA 2006).

Em 2007, os estudos realizados pelo "Programa de Salvamento Arqueológico na área da Refinaria do Nordeste - Abreu e Lima, Município de Ipojuca-PE" (RNEST), abrangeram uma extensão de 630 hectares e tiveram como objetivo o diagnóstico, prospecção e resgate arqueológico durante a implantação da RNEST. A região onde ocorreu a intervenção para a instalação da Refinaria do Nordeste está localizada no município de Ipojuca, na Zona da Mata pernambucana.

Tendo grande importância histórica e cultural para o Estado de Pernambuco, essa região foi marcada pelas primeiras ocupações da Capitania de Pernambuco, juntamente com o Vale do Igarassu, a Várzea do Beberibe e a Várzea do Capibaribe (ANDRADE, 1989). A área da Refinaria foi historicamente ocupada devido à qualidade das terras para o cultivo da cana-de-açúcar, estando intimamente ligada à história açucareira dos engenhos estabelecidos ao longo da costa nordeste desde o século XVI, que serviram como base para o surgimento das vilas e povoações na Capitania de Pernambuco (ANDRADE, 1989).

Ao longo dos séculos, a região da Zona da Mata sofreu uma grande devastação de sua cobertura vegetal, primeiramente pela retirada de madeiras nobres para o comércio de exportação e posteriormente pelo desmatamento para o plantio de cana-de-açúcar (DEAN, 1996). Diante disso, muitos dos vestígios arqueológicos foram total ou parcialmente fragmentados pela intensa atividade agrícola nessa região. Em um período mais recente, essa área vem sofrendo as consequências da especulação imobiliária, com o loteamento das poucas áreas que conseguiram sobreviver aos séculos de devastação.

Hoje, restam apenas vestígios da exuberância original, mantendo-se cada vez mais difícil encontrar áreas que conservem as marcas caracterizadoras da floresta nativa. Segundo José Diniz Madruga Filho (2004), na área de influência correspondente a Refinaria Nordeste, no município de Ipojuca-PE, ocorrem afloramentos das unidades datadas como holocênicas<sup>15</sup> correspondente aos sedimentos flúvio-lagunares e de mangue; além de uma sequência vulcano-sedimentar cretácica<sup>16</sup>, correlacionada a Formação Estiva<sup>17</sup> e Formação Cabo<sup>18</sup>. Essas formações ocorrem na forma de inúmeras colinas de pequenas dimensões (diâmetro inferior a 200m) e intensamente entrecortadas, onde foram identificadas grandes partes dos sítios arqueológicos.

---

<sup>15</sup> "Essa fase regressiva foi responsável pelo desenvolvimento da maior parte das planícies holocênicas que ocorreram ao longo de toda margem continental" (FILHO, 2004).

<sup>16</sup> "A faixa costeira do Sul de Pernambuco, é constituída, principalmente, por um domínio colinoso, onde as colinas mais ou menos arredondadas, geralmente de reduzida extensão, com costas que viram de 10 m a 40 m, correspondem à sequência vulcano sedimentar" (FILHO, 2004).

<sup>17</sup> Cobra (1960) descreve que ocorre no Engenho Gameleira (Município de Ipojuca-PE), um calcário maciço, fossilífero, intercalado por camadas argilosas. Os calcários aflorantes e sub aflorantes, presentes na Bacia do Cabo, correlatos e sendo agrupados a Formação de Estiva.

<sup>18</sup> Segundo Alheiros (1987), através da caracterização sedimentológica, feita, a Formação de Cabo seria composta por conglomerados polimíticos, arcóseos e siltitos.

Desse modo, este estudo baseia-se em dados empíricos específicos dos sítios que passaram por intervenções por meio do salvamento arqueológico na área pesquisada, nos quais foram identificados 31 pontos caracterizados como sítios arqueológicos e 7 como ocorrências. Esses sítios foram classificados como Pré-coloniais (3), Multicomponencial (21) e Sítios Históricos (7). Como fazem parte da área de salvamento arqueológico da Refinaria Nordeste, os 31 sítios arqueológicos receberam a sigla RNEST.



Figura 3. Mapa de localização da área de pesquisa. Fonte: FADURPE. Relatório Técnico Final, 2008.

Entre os sítios classificados como Pré-coloniais a céu aberto, destaca-se o RNEST-06, RNEST 07 e o RNEST 10, localizados em topos de colinas a uma altitude de 50 metros acima do nível do mar. De acordo com Luna e Nascimento (2009), devido à proximidade geográfica e ao tipo de material encontrado, é provável que esses sítios façam parte do mesmo complexo dos sítios. Os sítios arqueológicos RNEST-01, RNEST-02, RNEST-05, RNEST-06, RNEST-15, RNEST-25, RNEST-27 e RNEST-28 são classificados como multicomponencial, refletindo ocupações tanto pré-coloniais quanto históricas. Esses sítios apresentam diferentes composições e quantidades de vestígios arqueológicos, tais como cerâmicas indígenas e líticas, louças, cerâmicas históricas, fragmentos de garrafas em grés e faiança, além de fragmentos de objetos feitos de vários tipos de metal e cachimbos luso-brasileiros, entre outros.

Dentre esses sítios, destacam-se os sítios RNEST-02, RNEST-27 e RNEST-28, que apresentam um material lítico diferenciado. Trata-se de lascas e raspadores plano-convexos feitos de sílex com retoques. De acordo com Luna e Nascimento (2009), essa é a primeira vez que se registra a presença desse tipo de material no litoral pernambucano, sugerindo vestígios relacionados a grupos de caçadores-coletores, anteriores aos grupos ceramistas.

Os sítios arqueológicos denominados RNEST-03, RNEST-09, RNEST-11, RNEST-12, RNEST-13, RNEST-17, RNEST-29 e RNEST-31 são caracterizados como aldeias que ocuparam os topos das colinas. Como resultado, a quantidade e a distribuição dos vestígios cerâmicos e líticos encontrados são mais expressivos nas áreas onde o terreno começa a declinar em relação à área central. As arqueólogas também observam que é provável que o topo dessas colinas abrigasse o pátio da aldeia ou a área frontal de uma casa (LUNA e NASCIMENTO, 2009).

De acordo com Luna e Nascimento (2009), a indicação é que essa área mais central possa estar relacionada ao pátio da aldeia ou à área frontal de uma casa. Isso ocorre devido à falta de uma grande área plana nos topos, que seria necessária para formar o padrão típico das aldeias tupi conhecidas, ou seja, um pátio central cercado por várias casas. Os grupos que habitaram esse local adaptaram seu sistema às condições locais.

Os sítios localizados em morros próximos, como o RNEST-03, RNEST-11, RNEST-12, RNEST-17 e RNEST-31, evidenciam que os grupos que habitavam essas áreas buscavam morros próximos uns dos outros. Em cada um desses morros, eles construíram suas casas, formando aldeias dispersas ao longo de uma área mais ou menos contínua (LUNA; NASCIMENTO, 2009).

É importante ressaltar que o material histórico presente nos sítios multicomponencial identificados como aldeias indígenas (RNEST-03, RNEST-09, RNEST-11, RNEST-13, RNEST-17, RNEST-29, RNEST-31) parece ter sido depositado ali após a ocupação indígena. Isso ocorre porque, a partir da análise preliminar dos vestígios, não é possível relacioná-los com os contemporâneos, ou seja, aqueles que datam do período de contato (LUNA; NASCIMENTO, 2009).

No sítio RNEST-29, destaca-se a presença de vasilhas cerâmicas, incluindo três tigelas, bem como peças líticas, como um adorno labial tembetá e um pequeno cinzel polido, encontrados em camadas mais profundas. Essas peças foram encontradas em um contexto que possivelmente está relacionado a um ritual de enterramento. Elas estavam dispostas como um conjunto, com as duas tigelas maiores lado a lado e as demais peças no interior delas (LUNA; NASCIMENTO, 2009).

Sobre esses conjuntos de peças cerâmicas presentes nos sítios Tupiguarani, conforme mencionado por Martin (1997, p.185), em certos sítios arqueológicos é possível identificar uma cerâmica de elaboração mais grosseira acompanhando os vasilhames pintados. Além disso, é observada a presença do tratamento escovado de superfície, sendo o estilo corrugado mais frequente nas regiões interioranas.



Figura 4. Cerâmica pré-colonial – sítio 29. Fonte: FADURPE. Relatório Técnico Final, 2008.

A cerâmica era um elemento cultural essencial para os grupos Tupi-Guarani, pois estava intimamente relacionada com as práticas alimentares e as técnicas de fabricação utilizadas. Por isso, a cerâmica produzida por esses povos é identificada como pertencente à tradição Tupiguarani (LUNA; NASCIMENTO, 1994; LUNA, 2003; LUNA, 2006).

Albuquerque (2008) destaca que o desenvolvimento dos grupos indígenas no contexto ambiental do Litoral e Zona da Mata pernambucana apresenta semelhanças. Essas regiões são caracterizadas por diversas coberturas vegetais, como clima úmido, solos alternando entre arenosos e argilosos, fauna diversificada, rios perenes e vegetação variada, incluindo manguezais e restingas (ALBUQUERQUE, 2008).

A produção cerâmica da Tradição Tupiguarani, conforme destacado por estudos arqueológicos (LUNA; NASCIMENTO, 1994; LUNA, 2003; LUNA, 2006), apresentava formas e funções características. Essas cerâmicas incluíam uma variedade de formas, como vasilhas, panelas, reservatórios, potes, urnas funerárias e fusos de fiar. Eram utilizadas para o preparo de alimentos, bebidas, armazenamento de líquidos e atividades funerárias.

As cerâmicas Tupiguarani encontradas nos sítios Pré-coloniais e Multicomponencial na área da Refinaria Nordeste geralmente apresentam uma borda reforçada típica e, exceto no caso de bacias pouco profundas, possuem base arredondada. Quando são pintadas, exibem uma decoração linear e pontilhada em cores escuras, como vermelho, marrom ou preto, aplicadas com pincel ou algum tipo de instrumento semelhante sobre um fundo branco.



Figura 5. Cerâmica pré-colonial - sítio 29. Fonte: FADURPE. Relatório Técnico Final, 2008.

Em relação aos artefatos líticos recuperados na área da Refinaria Nordeste, os mais comuns são pequenas lascas cortantes não retocadas feitas de quartzo, ágata ou calcedônia. Também foram encontradas lascas utilizadas na preparação de pré-formas de lâminas polidas feitas de rocha basáltica, além de pequenos seixos ovais bem polidos que eram usados para o acabamento das cerâmicas. Além disso, foram identificados objetos polidos, como lâminas de machado, cinzéis e o tembetá. Segundo Luna e Nascimento (2008), esse registro arqueológico representa a primeira ocorrência desse tipo de material no litoral pernambucano, não havendo referências em outros trabalhos arqueológicos.

Ressalta-se ainda que a presença das ferramentas líticas indica o seu uso para atividades como plantio, corte de árvores e abertura de covas, além das lascas e estilhas que poderiam ser utilizadas como facas, raspadores e possíveis raladores de mandioca. Os vestígios cerâmicos, por sua vez, apontam para sua utilização nas atividades essenciais do cotidiano, como o armazenamento de água e o cozimento de alimentos.

Com o contato dos nativos americanos com os colonizadores, as culturas dessas sociedades passaram por um processo de adaptação e resistência, como uma reação à nova estrutura social que estava sendo construída. Isso resultou em uma reelaboração das estruturas socioeconômicas e políticas desses grupos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no âmbito do Programa de Salvamento Arqueológico na área da Refinaria do Nordeste, em Abreu e Lima, município de Ipojuca, PE, trouxe à luz uma fascinante riqueza de vestígios arqueológicos deixados pelos grupos humanos que habitaram a região ao longo de diferentes períodos históricos. Essas descobertas não apenas forneceram importantes critérios para a compreensão da história da ocupação humana nessa área de estudo, mas também levantaram considerações relevantes sobre a distribuição dos sítios, os tipos de materiais encontrados e as possíveis interações entre os assentamentos humanos presentes.

Os 31 sítios arqueológicos e 7 ocorrências identificados na área pesquisada revelam a relevância da região para a compreensão dos padrões de ocupação ao longo do tempo. A diversidade dos sítios, classificados como pré-coloniais, multicomponentes e históricos, proporciona uma visão holística das atividades humanas que moldaram o território Tupi-Guarani ao longo dos séculos.

As escavações arqueológicas trouxeram à tona uma notável quantidade de vestígios a céu aberto, estrategicamente localizados em topos de colinas próximas umas das outras. Esses achados oferecem compreensões sobre o ambiente e as práticas diárias das comunidades que habitavam a região. As cerâmicas indígenas, os artefatos líticos e outros objetos recuperados revelam o desenvolvimento técnico alcançado pelos grupos, refletindo seu conhecimento na confecção de cerâmicas e no uso de materiais líticos para diversas atividades, incluindo agrícolas e cotidianas.

Além de serem evidências preciosas das atividades essenciais do cotidiano, como o armazenamento de água e o preparo de alimentos, os fragmentos cerâmicos e líticos também revelam a complexidade cultural e a habilidade técnica dessas sociedades antigas. As ferramentas líticas, desempenhando múltiplas funções, indicam uma compreensão avançada do ambiente natural e suas possibilidades.

As pesquisas conduzidas nessa área reforçam a importância dos vestígios arqueológicos como uma ponte para a compreensão do passado e a valorização da rica herança cultural dos povos indígenas Tupi-Guarani. A articulação de fontes arqueológicas e históricas enriquece o conhecimento sobre a presença desses grupos na história milenar do território brasileiro. Compreender suas tradições e interações com o ambiente natural é essencial para valorizar a diversidade cultural que moldou e continua a enriquecer a identidade do Brasil.

Essa pesquisa ressalta a importância de proteger e preservar o patrimônio arqueológico e cultural do Brasil, assegurando que as contribuições significativas dos povos Tupi-Guarani e de outros grupos indígenas sejam devidamente reconhecidas e celebradas. Somente por meio do respeito e da valorização de suas tradições, podemos verdadeiramente honrar a memória dessas

comunidades ancestrais e aprender com suas sabedorias para construir um futuro mais inclusivo e consciente da nossa rica herança cultural.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos. Cultivadores pré-históricos no semi-árido: aspectos paleoambientais. *CLIO - Série Arqueológica*. Recife: Editora Universitária, n. 4. 1991.

\_\_\_\_\_. *Contato Euro-Índigena no Nordeste do Brasil: Um estudo arqueológico*. Dissertação de Mestrado. Recife, 1984.

\_\_\_\_\_. Recipientes cerâmicos de grupos Tupi no Nordeste brasileiro. In: PROUS, André; LIMA, Tânia Andrade (org.) *Os ceramistas Tupiguarani: sínteses regionais*. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

ALMEIDA, M. R. C. de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Massangana, 1989.

AMARAL, Alencar Miranda. "Andanças" Tupiguarani na Chapada do Araripe: análise das correlações entre mobilidade humana, tecnologia cerâmica e recursos ambientais. Tese de Doutorado/UFPE. Recife, 2015.

BROCHADO, J. J. J. P.; CALDERÓN, V.; CHMYZ, I.; DIAS JR., O. F.; EVANS, C.; MARANCA, S.; MEGGERS, B. J.; MILLER, E. T.; NASSER, N. A. S.; PEROTA, C.; PIAZZA, W. F.; RAUTH, J. W.; SIMÕES, M. F. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 12, p. 3-33, 1969.

\_\_\_\_\_. *Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. Relaciones – Sociedad Argentina de Antropología*. Nova Série, Buenos Aires, n.8, p.7-39. 1973.

\_\_\_\_\_. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - University of Illinois, Urbana, 1984.

\_\_\_\_\_. "A expansão dos Tupi e cerâmica da Tradição Policrômica Amazônica", *Dédalo* 27:65-82.1989.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha. Com um estudo de Jaime Cortesão*. [1500] Coleção Clássicos e Contemporâneos I, Rio de Janeiro (1943).

CARTAS JESUÍTICAS II *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões de José de Anchieta*. SP: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

CORRÊA, Â. A. *Tetama nas matas mineiras: sítios Tupi na microregião de Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, Giseli Santana da. *A iconografia cerâmica como marcador identitário dos grupos ceramistas Tupiguarani em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado/UFPE, 2018.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – entre práticas e representações*, Lisboa: DIFEL, 1990.

- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- DEFERT, Daniel. *Colônias Perdidas, Mundos a Descobrir* IN DUBY, G.; Durie, E. L. e LE GOFF, J. *História e Nova História*; Lisboa: Teorema, 1986.
- DIAS, A. S. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, v. 19, n. 22, p. 25-39, 1995.
- D'ORBIGNY, Alcide. *L'homme américain (de l'Amérique Méridionale): considéré sous ses rapports physiologiques et moraux*. Pitois-Levrault, 1839.
- EHRENREICH, Paulo. *Beiträge zur völkerkunde Brasiliens*. W. Spemann, 1891.
- FAUSTO, C. *Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico*. In: CUNHA, M. *História dos Índios no Brasil* 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.381-396.
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Editora Zahar, 2000.
- FADURPE. Relatório Técnico Final – *Projeto Prospectivo e Salvamento Arqueológico na área da Refinaria do NE: Abreu e Lima, Ipojuca-PE*. Recife: Fadurpe, 2008.
- FILHO, J. D. M. *Aspectos geoambientais entre as praias do Paiva e Gaibu, município do Cabo de Santo Agostinho (Litoral Sul de Pernambuco)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geociências/UFPE, 2004.
- FUNDAÇÃO SERIDÓ. Relatório Técnico Final – *Projeto de Salvamento Arqueológico - GASALP (99 f)*. Recife: Fundação Seridó, 1999.
- GÂNDAVO, P. de M. *Tratado da terra do Brasil. 5. Ed; História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. [1576]*. 12 ed; Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1995.
- JABOATÃO, Antônio Santa Maria de. *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos frades menores da província do Brasil (1761)*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1º vol. 2ª parte 1958.
- JECUPÉ, Kaká Werá. *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio; - 2. ed.* - São Paulo: Peirópolis, 2020.
- HECKENBERGER, M. J.; NEVES, E. G.; PETERSEN, J. B. *De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 41, n. 1, 1998.
- LADEIRA, M. I. B. *Os Tupi antes da colonização*. Editora da Unicamp, São Paulo, 2012.
- LA SALVIA, F; BROCHADO, J. P. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.
- LATHRAP, D. *O Alto Amazonas*. Lisboa: Verbo, 1975.
- LATHRAP, D.W. "Review of 'Archäologische untersuchungen am mittleren Amazonas'" (P.P. HILBERT) *American Antiquity* 35(4):499-501.1970.

LÉRY, J. de. *Viagem à terra do Brasil.[1578]*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

LIMA, F. M. de. *Padrão de Assentamento em Sítios Arqueológicos na Zona da Mata Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/UFPE. Recife, 2006.

LUNA, S. C. A. As pesquisas arqueológicas sobre cerâmica no Nordeste do Brasil. *Canindé (MAX/UFS)*, Sergipe, v. 8, p. 167-207, 2006.

LUNA, Suely. O Sítio Sinal Verde – São Lourenço da Mata, PE. Uma aldeia pré-histórica na zona da mata pernambucana. *CLIO - Série Arqueológica*. Recife, Editora Universitária, n. 7. p. 89 – 142.1991.

LUNA, S. C. A. Sobre as origens da agricultura e da cerâmica pré-histórica no Brasil. *CLIO – Série Arqueológica*, Editora Universitária, Recife, v. 1, n. 16, p. 67-78, 2003.

LUNA, S. C. A; NASCIMENTO, Ana. Procedimentos para a análise da cerâmica arqueológica. *CLIO – Série Arqueológica*, Editora Universitária, Recife, v. 1, n. 10, p. 07-19, 1994.

LUNA, S. C. A; NASCIMENTO, Ana. Salvamento arqueológico na área da Refinaria do Nordeste, Ipojuca - PE, Brasil. *CLIO – Série Arqueológica*, Editora Universitária, Recife, v. 24, n.1, 2009.

MARTIUS, K. F. O estado de direito dos autóctones do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 11, p. 20-82. 1. ed. 1832, 1906.

MEGGERS, B. J. *América pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

MEGGERS, B. J. EVANS, C. A reconstituição da pré-história amazônica: algumas considerações teóricas. In O Museu Goeldi no ano do sesquicentenário. Belém: *Museu Paraense Emílio Goeldi (Museu Paraense Emílio Goeldi: publicações avulsas; 20)*, p. 51-69, 1973.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MÉTRAUX, Alfred. Migrations historiques des Tupi-guarani. *Journal de la Société des Américanistes*, v. 19, p. 1-45, 1927.

MÉTRAUX, A. *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani*, Paris: Paul Geuthner, 1928.

MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de História Indígena e do indigenismo*, Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : [s.n.], 2001.

MONTEIRO, J. M. *As populações indígenas no litoral brasileiro no século XVI: transformações e resistência IN Brasil nas vésperas do mundo moderno*. Portugal; Comissão Organizadora para as comemorações dos descobrimentos, 1992.

MORAES, C. A. de. *Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: um estudo da variabilidade artefactual*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Ana Lúcia do. *Índios brasileiros do tronco tupi: informações etnográficas, séc. XVI*. Monografia apresentada ao Curso de Graduação de História, Recife, 1983.

NASCIMENTO, A. A Aldeia do Baião, Araripina-PE: um sítio pré-histórico cerâmico no sertão pernambucano. *CLIO – Série Arqueológica*. Recife, v.1, nº7, p.143-210, 1991.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico*. Instituto brasileiro de geografia e estatística, 1981.

NOELLI, F. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, v.2. nº.39. p.7-53. 1996.

NOELLI, F.S. (2008). The Tupi Expansion. In: Silverman, H., Isbell, W.H. (eds) *The Handbook of South American Archaeology*. Springer, New York, NY. [https://doi.org/10.1007/978-0-387-74907-5\\_33](https://doi.org/10.1007/978-0-387-74907-5_33).

OLIVEIRA, K. *Estudando a cerâmica pintada da Tradição Tupiguarani: a coleção Itapiranga, Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PEREIRA, D. L. T. Expansão dos Tupi-Guarani pelo território brasileiro: Correlação entre a família linguística e a tradição cerâmica. São Paulo: *Revista Tópos*, V. 3, Nº 1, p. 29 - 80, 2009.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

RODRIGUES, A. D. *Os povos indígenas e a formação do Brasil*. Editora Vozes, 2006.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1986.

SALVADOR, Frei Vicente de. *História do Brasil - 1500 a 1627*. São Paulo Melhoramentos, 1965.

SOARES DE SOUZA, G. *Tratado Descritivo do Brasil de 1587*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001 [1587].

SOUSA, E. S. *O potencial interpretativo dos artefatos cerâmicos: a tradição Tupiguarani na Amazônia*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SILVA, F. S. *Os Tupi-Guarani e suas tradições culturais*. Editora da UFSC, 2010.

SILVA, G. K. A. da. *Índios e identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)*. 2004 (144 f). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História/ UFPE Recife, 2004.

STADEN, Hans. *Dois Viagens ao Brasil*. [1557]. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VON DEN STEINEN, Karl. [1886]. *Durch Central-Brasilien. Expedition zur Erforschung des Schingú im Jahre*. Leipzig: F. A. Brockhaus. 1884.